

## **PEDUROS E MELETES: DISPUTA DO PODER LOCAL NO SERTÃO DA BAHIA**

Belarmino de Jesus Souza\* - UESB

Vitória da Conquista é uma cidade localizada no sudoeste do Estado da Bahia, numa região denominada inicialmente pelos conquistadores portugueses como *Sertão de Ressaca*, compreendida entre o Rio Pardo, ao sul e o Rio das Contas ao norte (15° de latitude sul / 41° de longitude oeste).

Ao longo de seu processo histórico, a localidade contou com diferentes denominações. Inicialmente, no final do século XVIII, a povoação incrustada no sopé da Serra do Periperi recebeu a denominação de Arraial da Vitória. Em 1840, após ter sido vinculada a Jacobina, Rio de Contas e, depois, a Caetitê, por meio da Lei Provincial n.º 124, foi elevada a condição de vila, recebendo a denominação de Imperial Villa da Victória. Após a implantação do regime republicano, a vila foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se a partir de 1º de julho de 1892, Conquista. Por meio do decreto n.º 141, datado de 31 de dezembro de 1943, ocorreu a última modificação, passando finalmente a Vitória da Conquista.

O processo de ocupação do *Sertão de Ressaca*, por parte de agentes a serviço da Coroa Portuguesa, não foi uma iniciativa isolada, levada a termo apenas pelo espírito aventureiro dos primeiros desbravadores. Tratou-se de uma investida sintonizada com as necessidades econômicas lusitanas. A Coroa Portuguesa enfrentando uma conjuntura de decadência na Segunda metade do século XVIII passou a desenvolver uma política de intensificação da exploração de sua principal colônia, o Brasil, buscando descobrir novas fontes de minerais preciosos ou mesmo abrir novas áreas de ocupação e expansão da pecuária, o que também resultaria na ampliação da receita fazendária. Foi neste contexto histórico que o Rei D. João V, autorizou ao bandeirante João da Silva Guimarães, desbravar o *Sertão de Ressaca*. Já eram conhecidas as potencialidades mineradoras de terras mais a oeste (Chapada Diamantina). Vislumbra-se a princípio êxito semelhante na área entre o Rio Pardo e o Rio

das Contas. Este bandeirante havia recebido em 1735 a “*Patente do posto de Mestre de Campo da Conquista*”.

Na empreitada da conquista, Guimarães contou com o auxílio do seu futuro genro João Gonçalves da Costa. Para tanto, intercedeu junto ao governo colonial, para que o mesmo recebesse a Patente de Capitão. Quando da época da conquista, o *Sertão da Ressaca* era ocupado em considerável extensão por povos indígenas: Mongoiós ou Camacans e Botocudos. Não se tem número preciso dos indivíduos existentes. Na fase inicial da conquista, sempre que possível os colonizadores buscavam manter uma relativa relação de paz. Ao final do século XVIII e início do século XIX, à medida que vão se implantando fazenda ligadas a pecuária extensiva e rudimentar de gado bovino, vão, também, se intensificando as contradições entre os dois grupos (conquistadores e indígenas). Pois o sistema de criação implantado requisitava cada vez áreas mais extensas, o que colocava os primeiros pecuaristas da região em rota de colisão com os nativos. Era a substituição do modelo comunitário primitivo indígena, pela apreensão privada da terra por parte dos conquistadores. A implantação das fazendas de pecuária, a submissão/eliminação dos nativos e a implantação do núcleo de povoamento confirmaram o êxito no processo de conquista do *Sertão de Ressaca*. Este feito teve o comando inicial da família de João Gonçalves da Costa. A descendência de João Gonçalves da Costa seria o núcleo inicial em torno do qual se formou um número considerável de parentelas, base da endogamia conquistense. Estas parentelas, ao longo do século XIX, consolidariam um controle sobre uma estrutura econômica marcadamente voltada para a pecuária, e exerceriam o controle da superestrutura.

O tronco familiar formado pela seqüência: Gonçalves da Costa; Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira serviu de base para a formação de uma organização de poder local firmado na articulação de famílias que se juntaram a estas. Tal fenômeno é aqui tratado como **endogamia conquistense**. O poder endogâmico controlava toda a superestrutura, em seus aspectos políticos, jurídicos e ideológicos (incluindo aqui a cultura). No âmbito da estrutura, eram estas famílias que controlavam o principal meio de produção: a terra, e as

principais atividades econômicas. Entretanto tal poder só foi possível, através da presença de lideranças, como força de coesão e articulação, que contavam com respeitabilidade nas diferentes famílias. A maior expressão disto foi José Fernandes de Oliveira, o Cel. Gugé. Oriundo do tronco familiar acima citado contava com relação de parentesco com as demais famílias da cidade. Este, indubitavelmente, foi um dos elementos que contribuíram para a primazia política exercida pelo Cel. Gugé, primazia esta que estava inserida nos parâmetros do coronelismo, forma típica assumida pelo mandonismo local na Primeira República.

O coronelismo foi um dos fenômenos mais marcantes da história política brasileira, especialmente no período que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha, compreendido entre os anos de 1889 e 1930. Existem divergências quanto sua continuidade ou não após o período citado.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho<sup>1</sup>: *“A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais.”*

O coreano Eul-Soo Pang, por sua vez, apresenta a origem da seguinte forma: *“A raiz do coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950. O termo ‘coronel’ significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional. O ‘coronel’, de modo geral era o comandante militar de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num município.”* (PANG, 1979: 20).

Quanto à questão da origem mais remota do coronelismo, a história de Vitória da Conquista confirma a afirmação do estudioso coreano. A conquista do Sertão de Ressaca, como foi relatado acima, se deu por meio da investida de uma Capitão, posteriormente, devido aos próprios feitos no território em questão, elevado a Coronel. João Gonçalves da Costa fazia parte do *terço de Henrique Dias*, uma milícia criada no período colonial, criada

por D. João IV, ainda no século XVII. Entretanto as patentes utilizadas pelos seus descendentes (Coronel Pompílio Nunes, Coronel Gugé, dentre outros), já fazem parte da tradição criada a partir da instituição da Guarda Nacional. Excetua-se neste caso, a patente de Capitão usada Antônio Dias de Miranda, esta ele herdou de João Gonçalves da Costa, seu pai, quando aquele ascendeu à condição de Coronel do *terço de Henrique Dias*.

O processo de ocupação desenvolvido no Sertão de Ressaca, pelo bandeirante João Gonçalves da Costa, seus filhos e comandados, foi marcado por uma conduta de verdadeira ocupação e privatização da área. O território conquistado foi tratado como área privada, passada nos testamentos para os herdeiros dos conquistadores, alienada, quando conveniente pelos mesmos. Os compradores, famílias oriundas de outras regiões, se integrariam ao longo do século XIX, aos troncos familiares já fixados na região. A posse da terra e o controle das atividades econômicas na região ficaram efetivamente sob o controle privado das famílias potentadas. A cidade, e as questões pertinentes à administração, também, foram controladas pelas mesmas famílias. Era a consolidação do poder privado, originado no mandonismo, herdado dos conquistadores da região, ainda no período colonial.

A economia da cidade permaneceu voltada para atividade primárias, tendo maior peso à pecuária, mas esta contando com atividades subsidiárias como a agricultura de subsistência. Estas atividades eram desenvolvidas nos latifúndios controlados pelas famílias, que formavam verdadeiras parentelas. O relativo isolamento da região, que perdurou até as primeiras décadas do século XX, reduzia as possibilidades da atividade comercial. O maior volume do que era desenvolvido em termos de comércio, era também controlado por indivíduos oriundos das parentelas. Estas limitações econômicas aviltavam as condições de vida e ampliavam a dependência e a submissão, por parte dos segmentos sociais que estavam à margem das parentelas.

O poder na Conquista do período em estudo tinha um nítido caráter oligárquico. Ter o controle do Colegiado Municipal da Imperial Vila da Vitória, ou ser Intendente, ou Conselheiro Municipal em Conquista (após a implantação do Regime Republicano), era ter o poder de colocar o público a serviço dos interesses privados das parentelas. As disputas

políticas entre facções, já no período republicano, representavam interesses e vaidades individuais, na busca pelo controle da municipalidade e das possibilidades oriundas de vínculos com os grupos hegemônicos na política estadual. Em nenhum momento tais disputas representavam diferenças e/ou divergências ideológicas.

O advento do Regime Republicano, com o tempo mudou a forma de se encarar o poder na cidade. O cargo de Intendente personalizava o poder da municipalidade. Tal fato agora suscitava ambições e excitava as vaidades pessoais. As disputas no seio das parentelas conquistenses tornam-se comuns, gerando o faccionismo político. Outro aspecto modificado pelo novo regime é a maior proximidade de uma instância superior de poder. O federalismo republicano reduziu sensivelmente o autonomismo do qual gozavam os mandões locais. Agora se fazia necessário negociar com o poder estadual. Doravante, seria imprescindível a articulação com lideranças e grupos políticos da capital. Para a cidade, o poder dos “coronéis” permanecia intacto, contudo, mais do que nunca, tal poder seria baseado na reciprocidade com as instâncias superiores do poder de Estado.

No novo contexto republicano, despontaram lideranças no seio das parentelas conquistenses. As principais lideranças foram os Coronéis Francisco José dos Santos Silva (conhecido como Chico Santos) e José Fernandes de Oliveira (conhecido como Cel. Gugé). O primeiro nascido em 1848, era filho dos fundadores da família Santos, Manoel José dos Santos Silva e Ana Angélica de Lima, casal que teve seis dos seus nove filhos e filhas, casados com pessoas da família Fernandes de Oliveira. O segundo, era filho de Luiz Fernandes de Oliveira e Tereza de Oliveira Freitas (neta do bandeirante João Gonçalves da Costa), nascido em 1844. A família Fernandes de Oliveira, como já foi dito, formava o tronco inicial e principal, ao qual as outras famílias que formariam a endogamia conquistense se vincularam. O pai de José Fernandes de Oliveira foi membro já da primeira Câmara instalada na cidade, quando da emancipação em 1840.

Os Coronéis Chico Santos e Gugé, ao final do século XIX e início do século XX, eram a corporificação da tradição de poder das parentelas conquistenses, por sua origem seus vínculos familiares e de amizade. Representavam uma centralidade política no tronco

Fernandes de Oliveira / Santos. O poder desses coronéis não emanava apenas da fortuna, mas também do reconhecimento que gozavam entre seus pares, como sem dúvida do carisma que eram dotados para o exercício da liderança, este último aspecto era muito mais presente no Coronel Gugé. Ao longo do período republicano até 1918 (ano do seu falecimento), foi a grande liderança política em Conquista. Dos intendentess do período, apenas o Cel. José Antônio de Lima Guerra, que governou a cidade no período de 1896 a 1903, era de oposição à liderança do Cel. Gugé. O primeiro Intendente, Cel. Joaquim Correia de Melo (1872 – 1895), era seu amigo e articulado politicamente. Estevão José dos Santos (1904 – 1906), também era ligado ao Cel. Gugé e casado com uma sobrinha sua. Dr. João Diogo de Sá Barreto (1906 – 1907), era seu genro, e com seu apoio tornou-se Deputado Estadual. O Cel. José Maximiliano Fernandes de Oliveira (1908 – 1911), era sobrinho do poderoso coronel. No período de 1912 a 1915, o próprio Cel. Gugé exerceu pessoalmente a Intendência. Foi substituído por Leôncio Satiro dos Santos, que era seu genro, e governou a cidade no período de 1916 a 1919.

A liderança de Gugé suscitava oposições. Destacou-se nesta posição: o Cel. Pompílio Nunes de Oliveira e o Cel. Manoel Emiliano Moreira de Andrade (Cel. Maneca Moreira). Estes homens eram os detentores da primeira e da segunda maiores fortunas da cidade. O primeiro era primo em terceiro grau do Cel. Gugé. O Cel. Maneca Moreira, por sua vez, era afilhado de Gugé. Tinham a fortuna, talvez faltasse o carisma. Os vínculos de parentesco que tinham reforça ainda mais a hipótese da endogamia defendida neste trabalho.

A relação entre os partidários de Gugé e seus opositores se dava nos momentos de disputas nos pleitos, contudo num clima de relativa tranquilidade, nos intervalos dos mesmos. Esta situação é justificada pelo carisma e respeitabilidade detidos pelo velho coronel. Mesmo sendo opositor do padrinho, Maneca Moreira preservava um certo respeito ao velho Gugé, representou um equilíbrio, que conteve iniciativas violentas, nas disputas no seio da endogamia conquistense nas duas primeiras décadas da República.

O falecimento de José Fernandes de Oliveira, em 9 de agosto de 1918, rompeu o equilíbrio. A rivalidade gerada pela disputa do exercício de uma nova primazia levou a uma

radicalização de atitudes, que culminou com um conflito armado entre duas facções políticas das parentelas conquistenses: os Peduros e os Meletes.

A liderança dos *peduros*, na vitória sobre os *meletes* em janeiro de 1919, credenciou Ascendino Melo (Dino Correia) como liderança em Conquista. No dia 12 de fevereiro de 1919, o governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão, nomeou o Major <sup>2</sup> Ascendino Melo dos Santos como Intendente, seria uma complementação do mandato do Leôncio Satyro dos Santos (VIANA, 1982: 220). O mandato terminaria em 31 de dezembro do mesmo ano. No dia 1º de janeiro de 1920, o Dr. Jesulindo de Oliveira assumiu a Intendência, por ser na época o Presidente do Conselho Municipal.

Em meados de janeiro de 1919, Ascendino dos Santos Melo foi novamente nomeado Intendente pelo governador, para exercer o mandato no biênio 1920-1922. No dia 22 de agosto, ocorreu uma eleição que confirmou Dino Correia no cargo; não existiu outro candidato. O Major governaria a cidade até dezembro de 1921. Foi sucedido pelo Cel. Paulino Fonseca, que fora eleito intendente no dia 13 de novembro de 1921, tomando posse em 1º de janeiro de 1922 (VIANA, 1982: 220).<sup>3</sup>

---

\* Professor de História da UESB e Mestre em Ciências Sociais / PUC - SP

<sup>1</sup> Prefácio à segunda edição do livro **Coronelismo, Enxada e Voto**, de Victor Nunes Leal, reapresentado na 3ª edição.

<sup>2</sup> Posto que ocupava na Guarda Nacional.

<sup>3</sup> Bibliografia consultada:

DUARTE, N. *A Ordem Privada e Organização Política Nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 64-129.

FONSÊCA, H. J. *História e Cotidiano no Planalto da Conquista*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1998, 150p.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 9-418.

LETTIÈRE, R. *Belo Campo – Memórias*. Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1997, 194p.

MEDEIROS, R. H. M. *Ensaios Conquistenses*. IN: O Fifó – Vitória da Conquista: edições de outubro de 1977 a dezembro de 1978.

NOGUEIRA, U. P. *Caminho para uma terra*. Vitória da Conquista: Eureka Gráfica, 1998, 167p.

ORRICO, I. A. *Mulheres que fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista, Ba: Bahia Artes Gráficas, 1982, 259p.

PANG, E. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 7-63.

QUEIROZ, M. I. P. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. IN: Fausto, B. **História Geral da Civilização Brasileira**; Tomo III; **O Brasil Republicano**; 1º volume (**estrutura de poder e economia**). São Paulo: Difel, 1975, p. 55-190.

RESENDE, P. E. A. *A República sem povo*. São Paulo: Educ, 1989, 83p.

SAMPAIO, C. N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1978, 196p.

SANTOS, A. L. *Panorama da evolução econômica de Vitória da Conquista – Bahia*. IN: **Con(s)ciência - revista cultural, técnica e científica**. N ° 4. Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1993, p. 23-38.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista* (dois volumes). Vitória da Conquista, Ba: Gráfica de “O Jornal de Conquista”, 1982, 783p.

WEBER, M. *Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1993, 124p.